



CERTIFICADO Nº 1046 LICENCIAMENTO AMBIENTAL CONCOMITANTE

O Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM –, no uso de suas atribuições, e com base no artigo 14, incisos III, IV, VI e VII, da Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, e nos termos do artigo 3º, incisos III, IV, VI e VII, do Decreto Estadual nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, e art. 8º, inciso II e seu §1º, inciso II, da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 6 de dezembro de 2017, concede à empresa abaixo relacionada Licença Ambiental Concomitante, LAC2, em conformidade com normas ambientais vigentes, decisão da Câmara Técnica Especializada de Atividades Minerárias - CMI, em reunião do dia 21/12/2023, condicionantes impostas e fases indicadas a seguir:

FASES : LP+LI

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : GLOBAL STONE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA

CNPJ/CPF : 18.704.799/0003-24

Empreendimento : GLOBAL STONE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Córrego PEDRA PRETA número/km s/n KM 23 FAZENDA PEDRA PRETA Bairro ZONA RURAL Cep 35390-000 Jequeri - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Jequeri (LAT) -20.561, (LONG) -42.6317

Fator locacional resultante : 1

Classe predominante resultante : 4

Processo Administrativo Licenciamento : 1046/2021

Número do Processo na ANM e Ano : 832.582/2013

Titular ou Requerente : Global Stone Importação e Exportação Ltda

Substância(s) Mineral(is) : GRANITO

Código e Descrição da(s) Atividade(s) Principal(is) :

Código	Descrição	Parâmetro	Qtde	Unidade
A-02-06-2	Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento	Produção bruta	18.000	m³/ano

Com condicionantes listadas no anexo.

Validade de 6 ano(s), com vencimento em 21/12/2029.

Certificado emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018, com base nas informações prestadas pelo empreendedor e pelo(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) estudo(s) apresentado(s).

Ubá, 22/12/2023.

Documento assinado eletronicamente por DORGIVAL DA SILVA, Chefe da Unidade, em 22/12/2023 12:22 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

- Esta licença não substitui a obrigatoriedade do empreendedor em obter título minerário ou guia de utilização expedida pela Agência Nacional de Mineração (ANM) ou Agência Nacional de Petróleo (ANP), nos termos do art. 23 da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 2017.

- Esta licença não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.



CERTIFICADO Nº 1046 LICENCIAMENTO AMBIENTAL CONCOMITANTE

Autorização para intervenção ambiental

1370.01.0006463/2021-78

Demais atividades listadas do empreendimento

Código	Descrição	Parâmetro	Qtde	Unidade
A-05-04-6	Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento	Área útil	1,94	ha
A-05-05-3	Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários	Extensão	0,341	km



CERTIFICADO Nº 1046 LICENCIAMENTO AMBIENTAL CONCOMITANTE

Condicionantes

Item	Descrição da Condicionante – Fase LP+LI	Prazo*
1	Comprovar através de relatório descritivo e fotográfico a execução de todas as ações previstas no “Programa de resgate de flora”, conforme proposto na informação complementar nº 117611 formalização da LO	Na
2	Comprovar através de relatório descritivo e fotográfico execução de todas as ações propostas pelo empreendedor para minimizar e remediar os impactos ambientais decorrentes da supressão da cobertura vegetal, previstas no Plano de Utilização Pretendida (PUP), em seu item 10 intitulado Propostas Mitigadoras Na formalização da LO	
3	Comprovar através de relatório descritivo e fotográfico execução de todas as medidas mitigadoras propostas no item 6.2.2.1 do EIA, intitulado Impacto sobre a Vegetação Na formalização da LO	
4	Executar o PRAD de acordo com o Cronograma de Implantação das Medidas de Recuperação de Áreas Degradadas e Controle Paisagístico e comprovar através de relatório descritivo e fotográfico execução das ações previstas Na formalização da LO	
5	Apresentar relatório técnico e fotográfico, comprovando o cumprimento integral das ações referente à Resolução CONAMA nº 369/2006 com a recomposição vegetal em área de preservação permanente de igual tamanho à intervenção, conforme descrição contida do item 9.2 do presente parecer, apresentando relatório técnico com acervo fotográfico, contendo o número de mudas por espécies plantadas, comprovando a execução do PTRF e consequente evolução da recuperação da área. formalização da LO	Na
6	Apresentar relatório técnico e fotográfico, comprovando a realização das medidas compensatórias pelo corte de espécies ameaçadas de extinção, nos moldes do art 73 do Decreto nº 47.749/2019, observando os quantitativos estabelecidos no Art. 29 da Resolução Conjunta SEMAD/IEF Nº 3.102/2021, porém preservando a densidade natural de ocorrência de indivíduos por hectare das respectivas espécies compensadas. Sendo que o restante das mudas a serem plantadas nestas áreas, com fins compensatórios, deverá ser composto por espécies nativas típicas da região, preferencialmente do grupo de espécies que foi suprimido, e observando o espaçamento proposto no PTRF. Na formalização da LO	
7	Apresentar relatório técnico e fotográfico, comprovando realização das medidas compensatórias pelo corte espécies protegidas e imunes de corte, nos moldes da Lei Estadual nº 9.743, de 15 de dezembro de 1988. Na formalização da LO	
8	Comprovar a realização de todas as ações estabelecidas no Termo de Compensação Florestal - TCCF, para a compensação referente à Lei Federal 11.428/06, em conformidade com o estabelecido na Subseção I do Decreto nº 47.749/2019, artigos 45 ao 61, pela supressão de fragmento de Floresta Estacional Semidecidual Montana de Mata Atlântica em estágio médio de regeneração secundária. formalização da LO	Na
9	Apresentar cópia do protocolo da proposta de compensação referente ao art. 75 da Lei nº 20.922 /2013 junto ao órgão ambiental responsável.	180 dias após a obtenção da licença
10	Apresentar cópia do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA referente ao art. 75 da Lei nº 20.922/2013.	180 dias após a celebração com o IEF



CERTIFICADO Nº 1046 LICENCIAMENTO AMBIENTAL CONCOMITANTE

Condicionantes

- 11 Apresentar declaração do órgão ambiental responsável quando ao cumprimento integral das ações estabelecidas do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA referente ao art. 75 da Lei nº 20.922/2013 ou o atendimento ao cronograma quando o TCCA estiver vigente. Conforme cronograma constante do TCCA
- 12 Apresentar cópia do protocolo da proposta de compensação Ambiental referente a Lei 9.985/2000 junto ao órgão ambiental responsável. 180 dias após a obtenção da licença
- 13 Apresentar cópia do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA referente a Lei 9.985/2000. 180 dias após a celebração com o IEF
- 14 Apresentar declaração do órgão ambiental responsável quando ao cumprimento integral das ações estabelecidas do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA referente a Lei 9.985/2000 ou o atendimento ao cronograma quando o TCCA estiver vigente. Conforme cronograma constante do TCCA
- 15 Executar Programa de Resgate de Fauna Silvestre Terrestre durante as atividades de supressão de vegetação nativa. A comprovação será através de relatório técnico e fotográfico, de acordo com termo de referência específico disponível no site do Sisema Relatório deverá ser protocolado na data de formalização da LO
- 16 Comprovar a destinação dos resíduos sólidos produzidos na implantação do empreendimento Durante a vigência da licença
- 17 Após a instalação do tanque de armazenamento de combustível, providenciar o AVCB Durante a vigência da licença
- 18 Executar Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre, de acordo com cronograma proposto. A comprovação será através de relatório técnico e fotográfico, seguindo as exigências do termo de referência específico disponível no site do Sisema. Relatório deverá ser protocolado na data de formalização da LO